A IA já entrou no seu escritório. A questão é saber por onde.

Sérgio Longo 24 de abril de 2026 3 min de leitura

Talvez seu escritório ainda não tenha aprovado oficialmente o uso de inteligência artificial.

Mas isso não significa que sua equipe não esteja usando.

Na prática, a IA já pode estar aparecendo na rotina de várias formas: na revisão de um e-mail para cliente, no resumo de documentos longos, na estruturação de uma petição, na organização de argumentos, na pesquisa preliminar de teses ou até na tentativa de "ganhar tempo" antes de entregar uma demanda urgente.

E, aqui, o problema não é a IA.

O problema é **ela entrar pela porta dos fundos**.

Sem orientação. Sem critério. Sem política interna. Sem treinamento. Sem clareza sobre o que pode e o que não pode ser inserido em uma ferramenta.

Muitos escritórios ainda tratam inteligência artificial como um assunto secundário, quase como uma curiosidade tecnológica de alguns advogados mais interessados no tema.

Mas isso já deixou de ser apenas uma pauta de inovação.

IA na advocacia passou a ser uma pauta de gestão.

Gestão de risco. Gestão de qualidade. Gestão de produtividade. Gestão de equipe. Gestão de margem. Gestão de reputação.

Porque uma equipe usando IA sem método pode até parecer mais produtiva no curto prazo. Mas também pode expor dados sensíveis, violar deveres de sigilo, produzir erros bem escritos, confiar em respostas não verificadas e comprometer o padrão técnico do escritório.

E há um ponto especialmente perigoso: **a IA costuma errar com muita elegância.**

Ela pode entregar um texto bonito, organizado, seguro no tom e completamente equivocado no conteúdo.

Para um advogado experiente, isso já exige cuidado. Para um estagiário ou associado em formação, o risco pode ser ainda maior.

Por isso, a pergunta que os sócios precisam fazer não é apenas:

“Devemos usar IA?”

Essa pergunta já ficou para trás.

A pergunta mais importante agora é:

Quem está ensinando nossa equipe a usar IA?

Sua equipe sabe quais informações jamais devem ser inseridas em ferramentas abertas?

Sabe em quais tarefas a IA pode ajudar e em quais ela não deve substituir o raciocínio jurídico?

Sabe revisar uma minuta gerada por IA sem se deixar seduzir pela fluidez do texto?

Sabe validar fundamentos, jurisprudência, números, premissas e conclusões?

Sabe transformar a IA em apoio técnico, e não em muleta intelectual?

A resposta para essas perguntas não deveria depender da curiosidade individual de cada advogado.

Um escritório minimamente preparado precisa ter método.

Precisa de uma política interna clara. Precisa de treinamento prático. Precisa classificar riscos. Precisa orientar o uso por área. Precisa definir protocolos de revisão. Precisa deixar claro que IA não elimina responsabilidade profissional.

Proibir tudo, sem compreender a realidade, pode apenas empurrar o uso para a informalidade.

Liberar tudo, sem treinar, é assumir um risco desnecessário.

O caminho mais inteligente está no meio: permitir, orientar, supervisionar e desenvolver uma cultura institucional de uso responsável.

Afinal, a IA não substitui o advogado.

Mas ela muda profundamente a forma como o advogado trabalha.

E, talvez, a maior diferença entre escritórios nos próximos anos não esteja entre os que usam e os que não usam IA.

A diferença estará entre os que usam de forma improvisada e os que usam com método.

No seu escritório, a inteligência artificial já entrou pela porta da frente ou pela porta dos fundos?